

UNICAFES NACIONAL
União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

PROGRAMA PECSOL
MÓDULO I - ORGANIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

Brasília, Distrito Federal, 2019.

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
1. MODELO DE DESENVOLVIMENTO	12
Conceito de Desenvolvimento e suas Dimensões	14
Diversos Conceitos de Desenvolvimento Sustentável	16
O “Poder de Agência” do Cooperativismo no Desenvolvimento	21
Desafios do Contexto Atual	22
2. COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO	23
Introdução	23
A Construção do Cooperativismo	24
A Cronologia da Construção dos ideais Cooperativos	26
A Revolução Industrial	27
3. TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO	31
Cooperativismo no Mundo	31
Cooperativismo no Brasil	31
As Vertentes do Cooperativismo	34
Os Liberais Cristãos	34
Os Socialistas	35
4. MOVIMENTO COOPERATIVO NO BRASIL	37
CAPÍTULO 2 - PROBLEMATIZAÇÃO	39
1. CARACTERÍSTICAS NORTEADORAS	40
CAPÍTULO 3 - INTERAÇÃO	45
1. O COOPERATIVISMO E O DESENVOLVIMENTO	46
CAPÍTULO 4 - MULTIPLICAÇÃO	49
1. OS PAPEIS E DILEMAS DAS COOPERATIVAS NO DESENVOLVIMENTO	50
Dimensão Econômica	50
Dimensão Sociopolítica	51
2. ESTRATÉGIAS DE MULTIPLICAÇÃO	52
CAPÍTULO 5 - INTERNALIZAÇÃO	55
CONSIDERAÇÕES	57
REFERÊNCIAS	58

UNICAFES NACIONAL – União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.
Uma publicação do Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL), edição 2019.

DIRETORIA EXECUTIVA

Conselho de Administrativo

Presidente - Vanderley Ziger
Secretário - Aparecido Alves de Souza
Tesoureiro - Antonino Cardozo de Carvalho
Secretário de Formação - Antonio M. de Sousa Filho
Secretária de Mulheres - Iara de Andrade Oliveira
Secretário de Jovens - Romullo Renan Silva Dantas

Gildene Soares Carvalho
Valquíria Almeida de Souza
Fátima de Lima Torres
Matheus Costa Santos
Gervásio Plucinski
Sandra Nespolo Bergamin
Luiz Fernando Lopes da Costa
Nilfo Wandscheer
José Izidoro Rodrigues
Jairo Arruda de Souza

Conselho Fiscal Efetivos

Alzemira de Lima Marins
Genes da Fonseca Rosa
José de Oliveira Mesquita

Suplentes

Marly Eleutério de Sousa
Ruitter Pinto de Araújo

Coordenação/Revisão

Alcidir Mazutti Zanco
Maíra Lima Figueira

Elaboração de Conteúdo

MP Guimarães – ME: Vita Cred – Vita Educ
Alcidir Mazutti Zanco

Projeto Gráfico/Coordenação de Arte

S4 COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA
Indianara Paes

Ilustrações

Mirella Spinelli

Fotografias e Vetores

Acervo Unicafes, Freepik e Google.

Impressão

Gráfica Cidade - Brasília – DF

Tiragem

1.000 unidades

Apoio

Convênio 004/2017- SESCOOP/UNICAFES Projeto de Aprimoramento na Gestão/Governança das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Sistema UNICAFES.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M689

UNICAFES Nacional. Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL). Módulo I: Modelo de Organização do Cooperativismo Solidário. MP Guimarães – ME: VITA CRED – VITA EDUC, Brasília, 2019. 54 p.: il.; 31,5 cm.

SBN: 978-85-62258-25-1

1. Desenvolvimento. 2. Modelo de Organização. 3. Sustentabilidade. 4. Cooperação. 5. Cooperativismo. I. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP; II. União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária UNICAFES (Org.).

CDU – 334.73:502.131.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Cooperativismo : Desenvolvimento 334.73:502.131.1
2. Desenvolvimento : Brasil 502.131.1 (81)

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO (PECSOL)

O Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL), tem como objetivo realizar ações de educação e formação cooperativista para qualificação da gestão/ governança das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária filiadas ao Sistema UNICAFES - União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Esta é a 2º Edição do PECSOL, realizada em nível nacional, formatada com ações formativas para Conselheiros Administrativos, Fiscais, Diretores Executivos e quadros Técnicos das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. O público atendido diretamente pelo projeto será formado por mais de 700 participantes organizados em 40 turmas constituídas em 21 Estados do Brasil.

As ações educativas serão realizadas em duas fases: piloto e geral. Na fase piloto o Programa desenvolveu ações em 5 Estados: MS, MG, PR, RO e BA, tendo como objetivo atingir a meta de qualificação da gestão/governança das Cooperativas e qualificar o material e métodos que foram inseridos na fase geral do Programa, prevendo o desenvolvimento de ações em 21 Estados das 5 regiões do Brasil:



Nordeste

RN, AL, PE, MA, SE, BA e CE.



Norte

TO, RO, AM, AC e PA.



Sul

PR, SC e RS.



Sudeste

RJ, ES e MG.



Centro-Oeste

GO, MS e MT.

Para participação do PECSOL os Estados precisarão aceitar um termo de adesão, e, as Cooperativas aderir a um termo de implementação das ações trabalhadas nos cursos. Nessa construção outros Estados poderão ser inseridos no Programa.

Os cursos serão organizados com foco na criação e gestão do conhecimento junto às pessoas e Cooperativas participantes do Programa, prevendo utilização de material pedagógico escrito e visual, com momentos presenciais e de multiplicação executados entre nas fases da socialização, problematização, interação, multiplicação e internalização das temáticas estudadas em cada um dos módulos formativos.

A 2ª Edição do PECSOL tem como recurso pedagógico 4 cadernos e 8 vídeos de apoio, formatados com foco no empoderamento das pessoas e na construção de estratégias participativas que objetivam proporcionar melhores condições para o empoderamento social e fortalecimento econômico das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.



Modelo de Organização



Modelo de Gestão



Modelo de Governança



Modelo de Inclusão

Os cadernos pedagógicos e vídeos são desenvolvidos de forma complementar e interativa favorecendo processos de acesso ao conhecimento, multiplicação e internalização, fortalecendo a gestão/governança das Cooperativas.

Esta publicação compõe a série Programa de Educação do Cooperativismo Solidário (PECSOL), que tem por finalidade fortalecer a capacitação de Conselheiros Administrativos e Fiscais das Cooperativas participantes do Programa, bem como, auxiliar na implantação e melhoria de práticas de gestão e governança.

Esperamos que você seja estimulado a consultar os Cadernos sempre que necessário e se beneficie com os exercícios e propostas de multiplicação apresentadas para apoiar o crescimento do Cooperativismo Solidário brasileiro.

Antonio Moreira de Souza Filho
Secretário de Formação do Sistema UNICAFES

INTRODUÇÃO

Os Programas de Educação do Cooperativismo Solidário fundamentam-se no empoderamento e maior participação dos associados. Nessa concepção, as experiências pessoais dos sujeitos envolvidos ocupam lugar de destaque na construção do conhecimento durante os cursos e na multiplicação das propostas junto às Cooperativas “a educação não acontece exclusivamente nos cursos”.

Essa fundamentação aproxima o PECSOL do conceito de comunidade de aprendizagem, que pressupõe que todas as pessoas envolvidas participem da construção do conhecimento e que neste movimento, também aprendam. Portanto, todos são capazes de aprender e de ensinar. Segundo a educadora Rosa Maria Torres, todos participam de uma comunidade de aprendizagem:

“[...] é uma comunidade humana organizada que constrói um projeto educativo e cultural próprio para educar a si própria... graças a um esforço endógeno, cooperativo e solidário, baseado em um diagnóstico não apenas de suas carências, mas, sobretudo, de suas forças para superar essas carências. (TORRES, 2005 p.83).”

Frente ao desafio de construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, o PECSOL, as Lideranças e as Cooperativas compõem uma rede de possibilidades educativas que, cooperativamente, participam da educação integral com ações vinculadas ao crescimento social, cultural, político e econômico.

Na conjugação de esforços para realizar a tarefa de educar integralmente, o PECSOL estimula a perspectiva metodológica do trabalho com projetos, por meio da qual, educadores e participantes vivem uma experiência colaborativa de aprendizagem, em que definem o que pretendem fazer, escolhem rotas de pesquisa-ação “multiplicação”, discutem responsabilidades, estabelecem cronogramas de ação e desenham onde querem chegar de forma coletiva.

No PECSOL são propostas técnicas de estímulo à participação, por meio dinâmicas e reflexões relacionadas ao cotidiano dos diretores, assessores e sócios das Cooperativas. As dinâmicas permitem o rompimento com a formalidade e torna as atividades mais concretas e práticas, dessa forma, os cooperados se sentem à vontade para expor suas ideias.

Essa contextualização permite a significação do que se está aprendendo, baseando-se no cotidiano e na convivência (SANTOS, 2003). O Programa visa promover o aprimoramento da gestão e governança nas sociedades cooperativas. Para difundir os conteúdos dos cursos, foram planejados dois percursos de aprendizagem, com conteúdo organizado por rotas temáticas.

Este material preocupa-se num primeiro momento em apresentar teorias e reflexões acerca do desenvolvimento, e posteriormente propor análises sobre o Cooperativismo, seu conceito, estruturação e, é claro, sua imensa contribuição econômica, social, ambiental, política e estratégica. O material foi desenvolvido com os seguintes percursos:

1º Percurso

Curso presencial que buscará fortalecer o conhecimento coletivo com momento de fundamentação teórica, problematização e interação:

- Momento Fundamentação: os pontos que fundamentam o debate teórico a respeito dos temas que se relacionam com o projeto de desenvolvimento do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Cooperativismo Solidário;
- Momento Problematização: temáticas que podem ser problematizadas pelos participantes, buscando uma abordagem prática dos assuntos desenvolvidos na fundamentação;
- Momento Interação: desenvolvimento de dinâmicas que facilitem a socialização das temáticas que fundamentam em material, debatendo a problematização proposta.

2º Percurso

Implementação das propostas geradas nos Cursos junto às Cooperativas, multiplicando propostas e resultados:

- Momento Multiplicação: são construídas propostas sobre a forma de multiplicar o conhecimento, buscando facilitar a aplicação prática junto às cooperativas;
- Momento Internalização: análise dos pontos trabalhados no eixo Multiplicação, verificando a apreensão e o quanto os assuntos desenvolvidos poderão ser internalizados nas Cooperativas.



CAPÍTULO I

momento FUNDAMENTAÇÃO

A teórica consiste na retomada de conceitos que permeiam o cotidiano. É o momento do curso onde os participantes são convidados a ler, estudar as teorias que fundamentam este módulo formativo, para que compreendam o projeto de desenvolvimento e de organização que fundamenta o Cooperativismo Solidário.

A fundamentação apresenta teóricos que são referência no debate de temas que envolvem o Cooperativismo da Agricultura Familiar e o seu projeto de desenvolvimento organizacional. Destacando, que este Cooperativismo é um segmento formatado a partir de teorias do Desenvolvimento Rural Sustentável que envolve o cuidado com a natureza, a diversificação produtiva, a participação social, a inclusão produtiva, cultural, e econômica, as relações de proximidade, cuidado e valorização das pessoas.

Neste projeto de desenvolvimento organizacional as pessoas são o centro, para elas e com elas as Cooperativas se desenvolvem. As estruturas existem em razão das pessoas, os negócios são realizados para que as pessoas conquistem o bem-estar, se empoderem e deliberem sobre estratégias de sustentabilidade que amplie sua capacidade de desenvolvimento com sustentabilidade. Assim as Cooperativas são um meio, as pessoas são o fim, o sucesso institucional é medido pela realização, satisfação e participação dos sócios.

As teorias são socializadas para fundamentar e facilitar a análise crítica das lideranças sobre os posicionamentos e ações desenvolvidas pelas Cooperativas e pela sociedade na qual estão presentes. A compreensão da fundamentação teórica e do contexto econômico presente no Estado, orientará processos de interação e multiplicação mais eficazes. Uma Cooperativa é formada a partir da definição de estratégias e processos organizacionais. O primeiro passo é definir o Modelo de Desenvolvimento que orientará as atividades cotidianas.

I. MODELO DE DESENVOLVIMENTO

O Cooperativismo Solidário tem a missão de promover desenvolvimento econômico e social da Agricultura Familiar e Economia Solidária, fortalecendo a visão do Cooperativismo como ferramenta para o desenvolvimento local, a partir de bases diversificadas e sustentáveis.

Esse projeto de desenvolvimento fundamenta-se em estratégias organizacionais, com base nas pessoas, com relações de proximidade, participação democrática e controle social, buscando aumentar a autonomia e empoderamento dos cooperados.

Entretanto Modelo Organizacional é articulado e representado via UNICAFES - União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, entidade que constrói de maneira permanente e progressiva, estratégias para o fortalecimento das redes de cooperação e, o Programa Nacional de Educação Cooperativa introduz um novo ciclo de formação junto à base associada, objetivando ampliar ações de inclusão e empoderamento socioeconômico dos cooperados.

Todo contexto societário é regido por um modelo de desenvolvimento. A forma de relação com este modelo, organiza e ordena as prioridades organizacionais e a forma de condução da Cooperativa.

Diante dos desafios atuais, considera-se urgente e prioritário ampliar cada vez mais a consciência e formação sobre a atuação estratégica que o Cooperativismo pode influenciar, dentro de um novo modelo de sociedade.

Ao estabelecer o vínculo cooperativo e solidário, articula-se outras iniciativas que poderão gerar um novo modelo social, positivo, agregador, que está na base do Cooperativismo Solidário. Na sociedade atual, existem vários modelos de desenvolvimento em disputa, mas destacamos a diferença entre:

- **O Modelo Capitalista: que possui como objetivo ganhar mais, gerar sobras e excluir os não “adaptáveis”;**
- **O Modelo Solidário: que busca inclusão sustentável, valorização da diversidade ambiental, soberania e identidade regional, em síntese, "uma outra economia".**

O Modelo Solidário defende que, para construir esta economia é necessário rever a forma de compreensão do desenvolvimento, garantindo autonomia e fortalecimento das dinâmicas locais, ampliando o protagonismo das lideranças e organizações sociais.

O Cooperativismo Solidário defende estratégias de desenvolvimento procurando conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico, com a inclusão social e o fortalecimento das pessoas, pois somente com participação ativa das pessoas o desenvolvimento é SUSTENTÁVEL, com a construção de propostas, aprovação de Leis e execução de programas estruturais.

No cenário atual, verifica-se uma estabilidade considerável nas estratégias que fundamentam a economia mundial e brasileira, mas é preciso analisar este crescimento sob óticas sustentáveis. Todo avanço social precisa estar fundamentado em modelos de desenvolvimento em curso.

**O QUE SE APRESENTA
COMO "DESENVOLVIMENTO"
NO CONTEXTO MUNDIAL?**



**QUAL MODELO DE
DESENVOLVIMENTO
FUNDAMENTA A
ORGANIZAÇÃO DO
ESTADO BRASILEIRO?**



**NA REGIÃO OU ESTADO EM
QUE ESTAMOS INSERIDOS,
O QUE IDENTIFICAMOS
COMO PROCESSOS DE
DESENVOLVIMENTO
DAS ORGANIZAÇÕES?**



Conceito de Desenvolvimento e suas Dimensões

Debater sobre o desenvolvimento não é uma tarefa simples. A este conceito, é possível associar inúmeros e significados. É a partir daí que este material se propõe a iniciar o debate. Para isso, muitas teorias e inúmeros pesquisadores apresentam suas vertentes, que abrangem os aspectos econômicos, mas também, outras frentes imprescindíveis, incluindo os fatores sociais, ambientais e políticos, afinal nenhum desenvolvimento pode ser considerado completo sem que se perceba o entorno e todos os aspectos que interferem nele.

As primeiras ideias de desenvolvimento surgiram com o Iluminismo, juntamente com a crença de que a ação humana e a ciência poderiam resolver todos os problemas, e que assim, o progresso seria constante e linear, a ponto de universalmente se reproduzisse em todas as nações, independente do seu nível de desenvolvimento econômico.

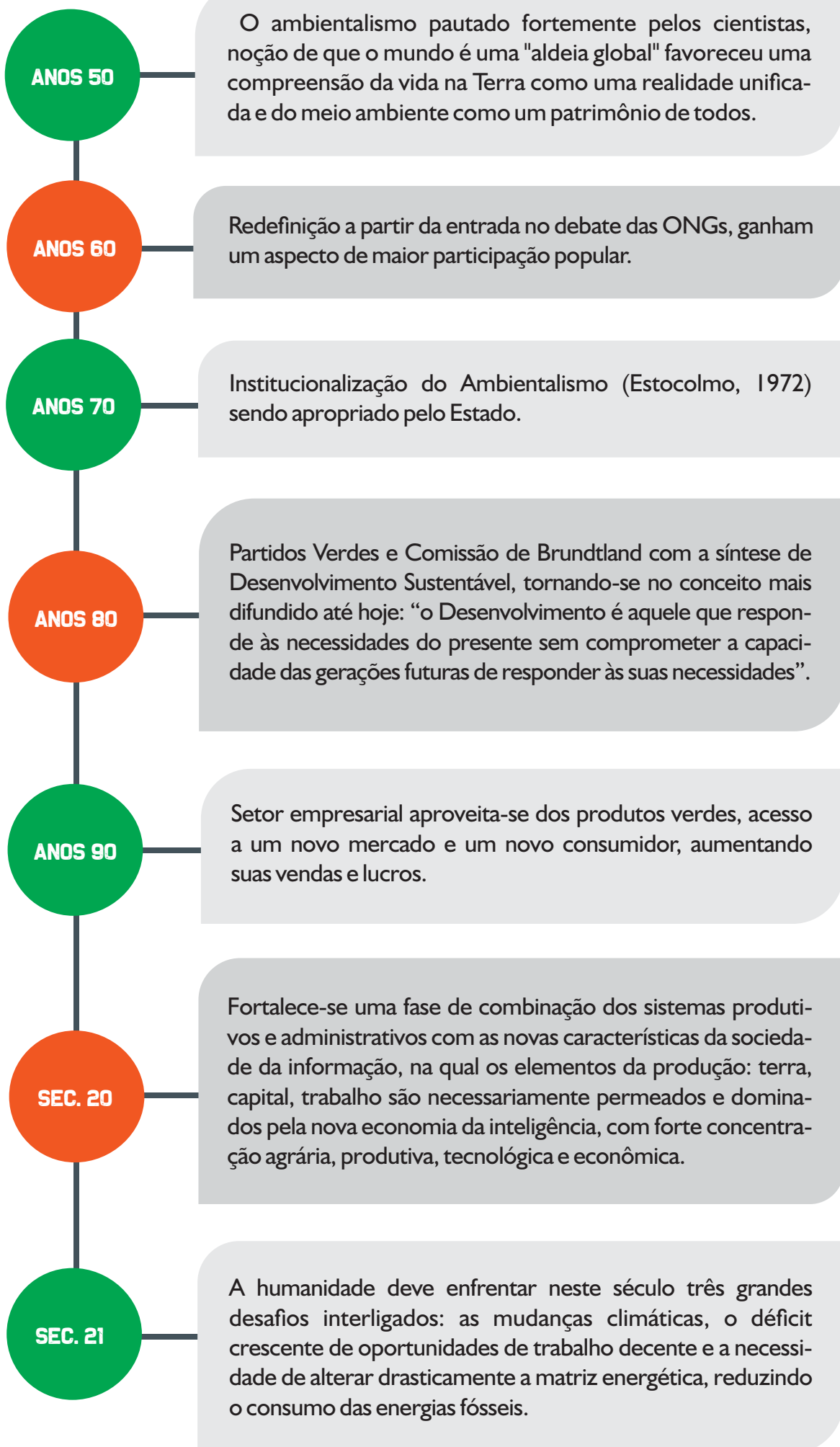
Esta compreensão foi mais solidificada pela industrialização e o mercantilismo. Para finalizar, afirmavam que a geração de riqueza é resultado do desenvolvimento, e que deles todos seriam beneficiados. “Consideravam o desenvolvimento como um processo gradual, contínuo e harmonioso, derivado da acumulação de capital” (SOUZA, 1997, p. 119).

Mas isso não é bem verdadeiro! Portanto, para um conceito mais amplo e holístico, é fundamental debater sobre todos os aspectos, afinal crescimento econômico jamais pode ser considerado como uma única vertente do desenvolvimento. Sozinho, o aspecto econômico representa apenas estatísticas, números e gráficos, que isolados, expõe somente uma única perspectiva. Assim, isso não permite que se façam debates mais estruturantes, e consequentemente, análises mais críticas da realidade e do entorno em que estamos inseridos.

Outras concepções de desenvolvimento foram sendo construídas ao longo da história, num misto de debates e disputas entre órgãos governamentais, movimentos ambientalistas e populares, mas aprofundando, a concepção de desenvolvimento condicionada aos indicadores apenas econômicos, já é há muito tempo ultrapassada. Atualmente é forte o debate da Agenda 2030, com várias diretrizes vinculadas a inovação produtiva, ambiental e agroindustrial dos diversos países, independente do seu nível de desenvolvimento.

Desde os anos 1950, há um grande movimento de recompor a compreensão do que se trata a palavra **desenvolvimento**, pois ela carrega além de seus significados, a disputa por políticas e uso das riquezas que estão na natureza. Ao certo que cada vez mais o desenvolvimento veio adjetivando-se de palavras, para ampliar a ressignificação. Desenvolvimento Sustentável foi um dos primeiros adjetivos, e com ela a ampliação de que ele deveria ser além de econômico.

No sentido do Desenvolvimento Sustentável, o meio ambiente é composto por elementos físicos, químicos, biológicos, sociais, humanos e outros que envolvem um ser ou objeto. As principais reflexões dos movimentos ambientalistas da emergência denunciam o uso inadequado destas palavras para justificar a sua utilização. Montibeller Filho (2008) contribui com a seguinte definição que pode ser verificada a seguir.



Na atualidade, o Neoliberalismo e a Globalização concentram a produção de *comodities* e a Agricultura Familiar necessita fortalecer iniciativas de diversificação para maior sustentabilidade cultural, ambiental, produtiva e econômica.

Contrariamente ao que se disse, sobretudo, no século passado, não podemos nos omitir de discutir um novo modelo de desenvolvimento rural. Porque a transição que os países hoje industrializados fizeram, de rural e agrícola para urbano e industrial, não pode ser reproduzida em escala mundial compatível.

No século passado, o desenvolvimento se concretizou na migração de dezenas de milhões de camponeses retirados do campo para as Américas, e, os Países ricos se valeram de duas guerras mundiais para liquidar dezenas milhões de pessoas. Naquele contexto, os refugiados do campo que chegavam às cidades podiam se beneficiar de um emprego razoavelmente fácil na fase da industrialização. Hoje, vive-se a “desindustrialização”, o que não significa que a indústria está diminuindo sua produção ou deixou de ser importante, mas que emprega muito pouco devido ao “progresso tecnológico” globalizado.

Vive-se um século de desafios e oportunidades. Esse fato pode ser encarrado como uma crise alimentar, cultural e econômica. Fato que amplia as oportunidades de crescimento das cooperativas, sendo fundamental alimentar inovações que possam ampliar a participação e os investimentos coletivos. A nova Agenda Alimentar pode ser uma oportunidade importante para o desenvolvimento das Cooperativas e para o fortalecimento da Economia Solidária dentro do contexto do Século 21.

DICA DE FILME
veja com a turma



"A história das coisas"
Autora
Annie Leonard

Acesso
<https://www.youtube.com/watch?v=7qFiGMSnNjw>

Duração
40 minutos

Diversos Conceitos de Desenvolvimento Sustentável

Para Gadotti (2009) os termos “sustentável” e “desenvolvimento” continuam vagos e controvertidos, pois há uma tendência de aplicação do conceito de sustentabilidade a tudo o que é considerado bom, como um conceito “guarda-chuva”. O mercado considera “desenvolvimento sustentável” como sinônimo de “responsabilidade social”.

Assim, “sustentável” sofreu um grande desgaste, quando foi associado ao desenvolvimento. Isto é, se para alguns é apenas um rótulo, para outros é um absurdo lógico, ou seja, são incompatíveis, sendo fundamental que a compreensão correta deste termo.

Sustentável é mais que um qualificativo do desenvolvimento econômico. Ele vai além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. Ele implica num equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o planeta, e, mais ainda, com o próprio universo.

Gadotti (2009) apresenta expressões que têm uma base conceitual comum e se complementam, tais como:

- a) Desenvolvimento humano;
- b) Desenvolvimento humano sustentável;
- c) Transformação produtiva com equidade .

O termo desenvolvimento humano tem como vantagem de situar o humano no centro do desenvolvimento, tendo como eixos centrais a “equidade”¹ e a “participação”, e segundo o autor, é um conceito em evolução e se opõe à concepção neoliberal de desenvolvimento, pois concebe a sociedade desenvolvida como uma sociedade equitativa, por meio da participação das pessoas.



¹ **Equidade:** Pode-se dizer que equidade é adaptação da regra a um caso específico, a fim de deixá-la mais justa. Ela é uma forma de se aplicar o Direito, mas sendo o mais próximo possível do justo para as duas partes, não somente baseada na igualdade, porque as pessoas podem apresentar necessidades diferentes.

Para Gadotti (2009) está claro que entre SUSTENTABILIDADE e CAPITALISMO, existe uma incompatibilidade de princípios. O fracasso da “AGENDA 21”² o demonstra:

Como pode existir equidade e sustentabilidade, numa economia regida pelo lucro?

Para perceber como é difícil de caminhar entre estes conceitos vagos, Gadotti (2009) cita Amartya Sen (2000) como um dos autores que concebe o progresso da humanidade que só pode ser acreditado como positivo, quando há um processo de expansão das liberdades das pessoas e dos povos, ou seja, uma liberdade só existe de fato, em estabelecer suas escolhas e criação de sua cultura, “distanciando-se da concepção de um único modo de produzir e reproduzir a existência, ligado à industrialização e ao crescimento econômico”. Sendo assim, o desenvolvimento que vivemos não é desenvolvimento, porque não nos proporciona a diversidade, a liberdade e a ampliação dela, ou seja, somos aprisionados por modelos e estruturas que nos condicionam a agir igual a todos!

EM OUTRAS PALAVRAS...

O essencial é garantir as liberdades das pessoas construírem sua vida e seu bem-estar da forma como desejarem, em seus grupos e coletivos de acordo com sua cultura local.



Assim, o que os governos devem fazer é oferecer oportunidades para que todos possam desenvolver seus talentos por meio da garantia universal dos direitos econômicos, individuais e culturais, além dos direitos sociais e políticos.

² Agenda 21 é um documento assinado em 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, por 179 países, resultado da “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” – Rio 92, podendo ser definida como um “instrumento de planejamento participativo visando o desenvolvimento sustentável”.

O que é importante compreender é o fato de que normalmente toda discussão sobre desenvolvimento leva à reflexão sobre um processo de evolução, seja ela humana, espiritual, econômica, ambiental, dentre muitos outros aspectos.

O economista e filósofo indiano Amartya Sen contribui de maneira significativa na compreensão do termo desenvolvimento. Para ele, este conceito necessita estar fortemente alinhado à qualidade de vida e ao fortalecimento das liberdades dos indivíduos. Ele trata como liberdades: a liberdade de participação política como crucial para a expansão das liberdades constitutivas (MARQUES, 2010).

Por isso, este debate precisa ser acrescentado outras dimensões para que seja possível desenvolver na compreensão, não sendo apenas um conceito de discurso. Interessante perceber que muitas vezes, teoricamente o termo desenvolvimento remete apenas à panoramas econômicos. Aliado a isso, estão as questões ambientais, políticas, sociais, culturais e territoriais, que representam aspectos da vida humana muito presentes, territorialmente constituído pela história e modo de vida. Culturalmente transformado e ambientalmente exposto, ou utilizado.

As Cooperativas do Sistema UNICAFES atuam articuladas em Redes, defendendo autonomia, diversificação, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, estratégias de organização globais, com visão crítica dos desafios e oportunidades contidos nas dinâmicas necessárias para o desenvolvimento com interação Solidária. Na Agricultura Familiar, milhões de pessoas ainda se encontram em situação de subdesenvolvimento, sendo necessária a análise e reflexão sobre as políticas públicas existentes, e, a forma de construção do Desenvolvimento Rural Sustentável (UNICAFES, 2014).

Não é possível compreender uma lógica evolutiva, sem considerar que somente a renda e o crescimento econômico proporcionem qualidade de vida às pessoas. Por isso, as dimensões complementares da vida devem ser incluídas ao debate do desenvolvimento, e desta forma, será possível acreditar que ele de fato seja tudo aquilo que as pessoas precisam.

Vários autores da sociologia rural defendem a construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Para estes, é necessário desenvolver estratégias de produção, agroindustrialização e mercados de forma integrada, tendo a Agricultura Familiar como centro do desenvolvimento e como núcleo para construção de uma nova sociedade, com maior Sustentabilidade, Segurança e Soberania Alimentar.

Por isso, destaca-se o teórico e economista Ignacy Sachs, que contribui muito com o diálogo sobre desenvolvimento, com intuito de ampliar nossa percepção do que pode ser tratado como desenvolvimento. Sachs ao longo de sua vida foi estabelecendo dimensões que precisam estar citadas dentro do debate sobre o desenvolvimento, para que seja amplo e completo; que tenha as mais variadas áreas da vida. Para ele, todo planejamento deve considerar as seguintes dimensões:

Quadro 01: Resumo das “Dimensões do desenvolvimento”, segundo Ignacy Sachs.

DIMENSÃO	CONCEITO
Social	Se refere ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade, participação, responsabilidade e controle social.
Cultural	Equilíbrio entre respeito à tradição e inovação, capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno, principalmente água e solos.
Ecológica	Preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis e à limitação do uso dos recursos não renováveis.
Ambiental	Respeitar e realçar a capacidade de autodepuração e reconstrução dos ecossistemas naturais.
Territorial	Configurações urbanas e rurais balanceadas, melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades interregionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
Econômica	Desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na produção e economia internacional.
Política (Nacional)	Apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores e um nível razoável de coesão social.
Política (Internacional)	Garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, Pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica (e cultural), gestão do patrimônio global, e, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter <i>commodity</i> da ciência e tecnologia.

O “Poder de Agência” do Cooperativismo no Desenvolvimento

Muitas são as experiências exitosas na promoção do desenvolvimento. Inúmeras ações podem ser propostas local e regionalmente com ênfase neste contexto. Mesmo compreendendo que todo processo promotor do desenvolvimento está em constante evolução é necessário perceber e interpretar a realidade.

Importante destacar que não falaremos aqui de Agências ou as Instituições que em muitos casos são criadas com estes nomes, para capitanear ações de desenvolvimento. Aqui será reforçado o poder de Agência, ou o poder da participação para modificar os contextos. O poder de Agência está centrado na participação das instituições locais ou regionais, e desta forma rompe com a ideia do centralismo em que alguém ou alguma instituição propõe o que deve ser feito, e os demais apenas executam.

O que vai determinar o sucesso é a capacidade de se relacionar, onde todos podem propor e discutir as estratégias para que a comunidade, município ou região alcance objetivos de desenvolvimento. De fato, cada vez mais, é importante acrescentar atores a este processo de construção coletiva do desenvolvimento, gerando capacidade de inovação ao movimento que está em curso.

Para que as populações locais possam efetivamente participar do planejamento do desenvolvimento, é indispensável uma educação preparatória, ou seja, sensibilizá-las para internalizar os aspectos necessários ao desenvolvimento e garantir-lhes informação de qualidade (SACHS, 1986).

Importante salientar que a educação preparatória não acontece em sua maioria na escola, mas no cotidiano, em que as pessoas empoderam-se da ação, por meio da inclusão destas na estratégia do grupo social que elas pertencem, ou seja, se pertence ao grupo de feirante, de microempreendedor, de costureira, ou da Cooperativa. Cada vez mais pede-se que as pessoas sejam reunidas, abordadas ou preparadas para opinar.

Com este propósito, para desenvolver a capacidade de participação é que o Cooperativismo pode tornar-se um instrumento poderoso na construção de projetos de desenvolvimento, pois sua organização centra-se nas pessoas e não no mercado, ou no capital.



O século XXI é composto por inúmeros desafios e ao mesmo tempo de imensas oportunidades e riscos. Devido às redes de transportes e comunicações, fluxos de bens, serviços, capitais, conhecimentos e pessoas, os países e os povos do mundo estão cada vez mais integrados numa sociedade global.

Esse processo pode fortalecer a simples liberalização econômica, com a emergência dos BRICS, a concretização das potências asiáticas, e a reformulação das estruturas federativas da Europa. Consequentemente, também pode ser uma oportunidade para a América Latina.

A globalização gerou problemas gigantescos a humanidade, como a ausência de mecanismos para a fiscalização da especulação financeira à escala planetária, a falta de mecanismos efetivos para a resolução dos conflitos internacionais, os problemas ligados à sustentabilidade mundial, a desintegração da coesão social, os défices democráticos nas instituições estatais e as ameaças à própria democracia devido a subordinação, a ditadura financeira, tráfico ilegal e paraísos financeiros.

Para o setor agrícola verificam-se vários desafios e oportunidades. Conforme estudos até 2050, a população mundial aumentará mais de 3 bilhões de pessoas, além da incorporação ao mercado de 1 bilhão de pessoas, atualmente em estado de insegurança alimentar ou nutricional, gerando a necessidade de aumentar em mais de 70% a produção global de alimentos. Porém, da agricultura, além de alimentos, a sociedade demanda também energia limpa. Este é um mundo de oportunidades.

A pressão social pela proteção ambiental, pelo temor dos efeitos negativos das Mudanças Climáticas Globais, impõe um aumento acelerado da produtividade. O esgotamento da energia fóssil e o impacto ambiental negativo por elas causado exige uma mudança drástica da matriz energética mundial. Neste contexto, a agropecuária do século XXI terá duas grandes marcas: a sustentabilidade e a constante inovação tecnológica, com grande interdependência entre elas, fatos importantes para as Cooperativas:

1º - A sustentabilidade pressupõe que o agricultor obterá rentabilidade da exploração agrícola, minimizando os impactos ambientais e cumprindo sua função social.

2º - As inovações tecnológicas, além de conferirem sustentabilidade à produção, necessitam fortalecer o equilíbrio entre oferta e a demanda de produtos agrícolas.

Assumindo em 70% a expansão produção mundial de alimentos até 2050, percebe-se que dificilmente será possível incorporar, especificamente para produção de alimentos, mais de 20% da área atual. O Brasil, pelas suas vantagens comparativas e expectativa de que venha a ser o grande provedor de alimentos do mundo, deverá elevar sua produtividade muito acima da estimativa de 40%. Não se pode falar em Cooperativismo, sem antes falar do processo de evolução da humanidade e da cooperação.

2. COOPERAÇÃO E COOPERATIVISMO

Introdução

O ser humano nasceu para agir coletivamente. Pode-se afirmar que a cooperação é tão antiga quanto a existência da humanidade, pois desde os tempos em que surgiram os primeiros aglomerados de pessoas, a cooperação já dava indícios de sua existência.

Desde os tempos da Antiguidade a cooperação já se manifestava em vários locais pelo mundo, tais como: na Grécia, onde se praticava a ação do auxílio mútuo entre as pessoas, que buscavam por um padrão de vida melhor; na Roma, com a existência das associações de operários em diversas áreas como sapatarias, carpintarias e serralherias, como pode ser percebido através de evidências contidas em documentos atenienses e romanos (KLAES, 2005).

A partir da Idade Média (séculos V ao XV), a cooperação pronunciava-se tanto no meio rural quanto no meio urbano, sendo que nas áreas rurais, os camponeses reuniam-se para realizar atividades coletivas como a transformação e venda de produtos leiteiros, já nas áreas urbanas, desenvolvia-se atividades como a criação coletiva de gado em lotes particulares, assim como atividades de artesanato e construção de equipamentos para atividades cotidianas.

O desenvolvimento da cooperação emerge desde os primórdios quando o homem passou a viver em grupo, pelos motivos de ser caçado por grandes animais selvagens. Os grandes exemplos de cooperação surgiram quando a humanidade passou por crises econômicas, políticas e sociais. Bons exemplos de cooperação aparecem quando se estuda a organização social dos antigos povos como os Gregos, Chineses, Astecas, Maias e Incas (REISDORFER, 2014).

A prática da cooperação, passou a ser exercida de maneira mais direcionada no século XIX, momento este em que o continente europeu enfrentava situações de divergência social, política e econômica decorrentes da Revolução Industrial. Os avanços tecnológicos provenientes dessa Revolução, além de promoverem o aumento da produção e a geração de riquezas à classe burguesa, provocaram desemprego para milhares de pessoas.

A partir dessa situação, a ajuda recíproca entre os trabalhadores desempregados gerou as premissas do cooperativismo, tornando este segmento um instrumento de geração de renda para atendimento às necessidades básicas à sobrevivência, tais como saúde, alimentação, moradia, e inclusão social. A primeira Cooperativa foi constituída por artesãos que se uniram para melhorar as suas condições de acesso a alimentos. A partir desta demanda, constituiriam uma Cooperativa de Consumo - hoje reconhecida como a Cooperativa de Rochdale. Esse movimento fundamentou o surgimento de um novo segmento organizacional.

A Construção do Cooperativismo

O Cooperativismo pode ser entendido como um movimento social que procurou, por meio da associação, fugir de uma opressão social e econômica resultante de um determinado período histórico e de um determinado sistema, ou seja, o capitalismo concorrencial do século XIX (KLAES, 2005, p.32).

Enquanto prática econômica, o Cooperativismo inspira-se nos valores da autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. Como teoria social, o Cooperativismo está baseado, “na defesa de uma economia de mercado baseada em princípios não capitalistas, e sim de cooperação e mutualidade”. Boaventura Santos, em 2005 (SANTOS, 2005, p.33). Assim foi fortalecido nos anos de 1840 uma nova estrutura social denominada Cooperativismo moderno. De acordo com, Pinho (1966, p.07) esta terminologia carrega vários significados:

- **Etimologicamente, cooperação significa a prestação de auxílio para um fim comum, cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação.**
- **Sociologicamente, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo.**
- **Legalmente, a cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais, que agem coletivamente de modo semelhante por seus hábitos e processos educativos.**

O Cooperativismo, enquanto doutrina, teoria, sistema ou movimento associativista de trabalhadores, é um fenômeno moderno oriundo da oposição operária às consequências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX (COSTA, 2007, p. 58).

A partir de então, no século XVIII, “a teoria e as práticas cooperativistas têm suscitado um renovado interesse (...) que recuperou os elementos centrais do pensamento cooperativista. (...) Ativistas e governos progressistas de todo o mundo têm recorrido de forma crescente à tradição de pensamento e organização econômica cooperativa que surgiu no século XIX, com o objetivo de renovar a tarefa de pensar e de criar alternativas econômicas” (SANTOS, 2005, p.35).

O estabelecimento de sistemas econômicos capitalista acentuou-se ainda mais com o surgimento da propriedade sobre terra, e dos mercadores. Acentua-se ainda mais com a Revolução Industrial, com a criação das máquinas a vapor e a ampliação das indústrias, deslocando populações inteiras para centros industriais em busca do trabalho e remuneração; e desmontando vilas e comunidades.

No decorrer do século XVIII e XIX, o Capitalismo impulsionado pela Revolução Industrial escancara suas maiores consequências, que se denomina de “desigualdade”, em que a produção e consumo não são igualmente repartidos, ou coletivamente distribuídos.

Os tempos de diferenças econômicas e sociais é tão grande, que geram na população e em pensadores a adoção mais articulada e forte de movimentos contrários ao Capitalismo, gerando iniciativas distintas, mas ao fundo muito semelhantes. A criação dos Sindicatos e das Cooperativas é uma demonstração de que outros valores são necessários para que a sociedade evolua positivamente.

O Sindicalismo se estabeleceu como um movimento de resistência à exploração do trabalho, articulando-se em grupos que compreendiam a necessidade de estabelecer o confronto sobre o que estava acontecendo. Os primeiros movimentos organizavam-se para a quebra de máquina Fabris nas indústrias, mas ao mesmo tempo em que estes trabalhadores eram dispensados nas fábricas, outros eram contratados sobre as mesmas condições.

Ainda em 1790, por exemplo, na França as Leis proibiam toda e qualquer organização de trabalhadores, mesmo assim, as manifestações e organizações dos trabalhadores persistiam. Em 1824, a Inglaterra se aprovou uma Lei que permitia a livre associação de operários. Logo estas associações conseguiram unificar as lutas por melhores salários, melhores condições de trabalho, criação de fundos de ajuda mútua entre trabalhadores, entre outras pautas conjuntas. Mas, a luta pela experiência econômica, ainda tinha sido organizada, alguns idealistas iniciaram um movimento de experimentação.

[...] as Cooperativas eram algo mais do que um dos pilares do movimento operário, já que, como sua própria designação sugere, sempre foram também uma expressão da cooperação entre os homens. Uma expressão organizada da cooperação que a tem como eixo. [...] Por isso, as Cooperativas estão longe de ser um fenômeno circunstancial historicamente datado e passageiro. Pelo contrário sendo organizações movidas pelo impulso da cooperação, radicaram-se através dele no que há de mais essencial das sociedades humanas. (NAMORADO, 2005, p.03).



Fotos: Google

A Cronologia da Construção dos Ideais Cooperativos

Ainda no século XIX, a ideia de um movimento contrário à evolução do Capitalismo, toma forças com a organização das estruturas sindicais. A força da organização sindical está na base da organização cooperativa. Aos grupos de sindicalistas e pensadores do Socialismo Utópico, havia uma possibilidade real de que trabalhadores pudessem gerir seus processos produtivos e realizarem a partilha justa dos lucros da produção, recolocando o homem no centro do processo de produção.

A proposta de uma organização econômica centrada no indivíduo surgiu em meados do século XVI, com a prática do Associativismo e com o aparecimento do Cooperativismo. Embora o Associativismo coletivista estivesse presente em outras épocas, nas ideias de auxílio mútuo nas relações de trabalho e na associação coletiva de pessoas, apresentando seus indícios nas construções de armazéns, fábricas, empresas rurais, e até mesmo, na constituição das repúblicas.

As primeiras ideias surgiram na Inglaterra e na França que eram os principais centros de irradiação da cultura econômica capitalista. (AGUIAR; REIS, 2002, p.151). Para os Socialistas que debatiam o rompimento dos sistemas de exploração do trabalho, haveriam formas de que as relações de trabalho pudessem ser geridas de forma justa, com a eliminação das classes sociais e divisão equilibrada das riquezas produzidas.

A forma moderna do Cooperativismo se deu no contexto da Revolução Industrial, na Inglaterra e Europa, em meados do século XVII e durante todo o século XVIII. Atraídos pelas novas indústrias, os trabalhadores do campo migraram para a cidade. Com o grande êxodo rural da época, as cidades é que ficaram superlotadas, resultando no desemprego e no excesso de mão de obra. Esta situação levou à submissão das pessoas a trabalhos com jornadas de até dezesseis horas diárias e com salários cada vez menores.

Na sua época (século XIX), em pleno desenvolvimento da segunda Revolução Industrial, a mobilização dos trabalhadores apresentava-se como a maior contradição frente à indústria capitalista e seus proprietários. Em suas análises, a classe trabalhadora possui o potencial revolucionário em suas ações políticas para a tomada do poder de Estado, instalação da ditadura do proletariado como período transitório para o Comunismo e, enfim, a eliminação das classes sociais. (MORAIS, 2011, p 69).



A Revolução Industrial

A Revolução Industrial se caracteriza pelo conjunto de mudanças que ocorreram inicialmente na Europa, principalmente Inglaterra, nos séculos XVIII e XIX, com a criação das máquinas movidas a vapor, e substituindo o trabalho artesanal de manufaturas. Assim, os proprietários das máquinas a vapor constituíram locais denominados de indústrias, onde então os trabalhadores (agora assalariados) passariam a produzir os produtos e bens de consumo para a sociedade.

Antes deste período, era muito comum que nas vilas houvessem artesãos e outros trabalhadores que desenvolviam suas profissões de modo bem artesanal, manual e rudimentar, mas eram detentores de todo processo produtivo, ou seja, ele tinha noção do valor do seu trabalho, e desta forma geriam e movimentavam os mercados locais.

De fato, a industrialização aumentou a escala, e passou a produzir os mesmos bens de consumo em menor tempo, sendo que cada operário desempenhava uma parte do processo para o produto final ser entregue, de forma que o trabalhador, apesar de estar em todo processo, não saberia mais qual o valor e nem como se organiza todo processo de produção, sendo apenas remunerado por um valor de seu trabalho, decidido pelo patrão.

Ainda, muitas pequenas as indústrias existiram por muitos anos, mas os trabalhadores artesãos trabalhavam como assalariados aos donos das manufaturas. Na Inglaterra alguns fatores contribuíram para que a Revolução Industrial fosse mais fortemente sentida: existia uma rica burguesia, que era proprietária das máquinas e dos comércios; possuía áreas de livre comercialização.

Ao mesmo tempo em que estava vivendo acentuado êxodo rural e aumento das vilas urbanas, ficava próximo ao mar, facilitando a exportação de seus bens e produtos, por meio dos mercados marítimos. Ainda neste cenário, havia uma superexploração dos trabalhadores, incluindo crianças, trabalho com carga horária excessiva, além de baixos pagamentos.

Os elementos deste cenário histórico pode ser visualizado na sugestão de filme abaixo: Tempos Modernos, de Charlie Chaplin. A reprodução do retrato da vida de operários em plena Revolução Industrial. Esse filme motiva a organização dos trabalhadores de todas as fases da história. Ainda hoje podemos utiliza-lo na formação Cooperativista.

DICA DE FILME
veja com a turma



"Tempos Modernos"

Autor

Charlie Chaplin

Acesso

https://www.youtube.com/watch?v=_ISUw7yslGI

Duração

1h27



É importante frisar que a Revolução Industrial trouxe aspectos positivos, como: desenvolvimento tecnológico; meios de comunicação; transporte, como automóvel; ampliação das redes de desenvolvimento científico, como a descoberta e uso do petróleo; pesquisas de agroquímicos e pesquisas de curas de doenças. Essa Revolução gerou empregos na área urbana e também propiciou novas formas de desenvolvimento na área agrícola propiciando maior escala produtiva com desenvolvimento dos solos, de sementes, e maquinários.

Mas por outro lado acentuou o êxodo rural, o aumento da exploração do trabalho, desigualdade econômica e social se tornaram mais agressivas, a fome se espalhou, e a exploração do trabalho humano se tornou uma necessidade para o aumento da indústria e acúmulo dos burgueses e industriais; aumentam a exploração dos países da América Latina, continente Africano e Asiáticos, se tornam também mais agressivas as formas de uso dos recursos naturais, e a exploração de matérias-primas para a indústria, que adota o processo do descarte; as pesquisas agroquímicas agredem o solo, água e animais, colocando em risco nossa permanência na Terra e o equilíbrio do ecossistema planetário.

Vendo que era necessária uma nova estratégia, os pensadores e líderes apontam a possibilidade de um novo movimento a partir da materialização de ideais que acompanham a luta dos trabalhadores e a evolução do pensamento humano, com base na retomada da cooperação por meio de experiências Associativas e Cooperativas.

Veja a evolução do pensamento da humanidade, para se chegar ao pensamento Cooperativista!

Capitalismo: Séculos XV ao XVIII

Thomas Mun; Jean-Baptiste Colbert; David Ricardo

O Capitalismo se tornou um sistema econômico e social baseado na acumulação de lucros e capital, por meio do uso dos meios de produção privada industrial ou rural (latifúndios). Surgiu após o período feudal, com o surgimento da burguesia.

Iluminismo: séculos XVII e XVIII

Voltaire, Kant Diderot, Wolff, Montesquieu, e outros.

A humanidade abandona as explicações religiosas e busca a autonomia da razão, do pensamento, por isso é chamado de Século das Luzes - poder da razão humana de interpretar e reorganizar o Mundo. Desde o desprendimento da religião, ciência, matemática, a política, tudo pode ser medido, analisado e se seguir o método levará ao sucesso e a felicidade. Acreditava-se que o conhecimento surge das experiências vividas.

Revolução Francesa: 1789

Voltaire, Kant Diderot, Wolff, Montesquieu, e outros.

Movimento impulsionado principalmente pela burguesia da época, mas que obteve apoio dos camponeses e massas urbanas empobrecidas. Defendia os princípios de “Igualdade, Liberdade e Fraternidade” contra os privilégios de herança dos nobres e clero. Mas ao tomar o poder, a burguesia desfaz a articulação com os camponeses e trabalhadores, e passam a gerir o Estado para os seus interesses de mercado.

Idealismo: 1770-1831

Kant, Rosseau e outros.

Explica a realidade como movimento, do vir-a-ser. O movimento se faz em 3 etapas: tese, antítese e síntese. Cada um deve “apreender a pensar por si mesmo”. O Estado é, e representa a síntese mais perfeita que supera a contradição entre o privado e o público, cria perfeição da relação entre o privado (particular) do público (coletivo).

Liberalismo: século XVIII

Rousseau, Locke, Hobbes, Adam Smith, e outros.

Teoria que exprime os anseios da burguesia. Faz restrições à interferência do Estado, defende o direito da iniciativa privada. “Deixe fazer, deixe passar, o mundo caminha por si mesmo” é o ideal do Liberalismo, Estado não deve interferir nas regras de mercado. Na política se opõem ao absolutismo, pelo contrato social. O Estado deve respeitar os direitos individuais e resolver disputas quando os interesses se chocam.

Socialismo Utópico: 1835-1848

Robert Owen, Charles Fourier, Louis Blanc e outros.

A igualdade entre as pessoas é possível e é alcançada pela conquista. A autonomia e a participação das pessoas são a base de qualquer organização. A Cooperação é ferramenta principal do trabalhador. A apropriação do valor do trabalho e da produção coloca os trabalhadores na direção política de suas vidas e iniciam-se as primeiras experiências Cooperativas na Inglaterra e França, que se espalham pelo mundo, demonstrando uma possibilidade real e mais justa de relacionar-se com o trabalho.

Socialismo Científico: 1850-1895

Karl Marx, Engels e outros.

O pensamento de Marx é prático e político. Pensa a partir da realidade social (pobreza) e o avanço técnico (enriquecimento). A história passa a ser compreendida a partir das lutas sociais e de classes. Práxis é a ação e reflexão humana que transforma a realidade. É a compreensão de que há um rompimento entre o trabalhador e o fruto de seu trabalho: pois o trabalho não lhe garante a retribuição justa por aquilo que ele gera, dentro de uma sociedade capitalista. Para os socialistas é possível uma sociedade com distribuição equilibrada das riquezas, onde não haja distância entre ricos e pobres.

Neste cenário de exclusão causada pela indústria surge o Cooperativismo como organização social para enfrentar as adversidades e como forma de amenizar o sofrimento dos trabalhadores e facilitar o acesso aos bens básicos necessários para a subsistência e de consumo.

Homens como Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Benjamin Buchez (1796-1865), Louis Blanc (1812-1882), entre outros, que compunham a corrente socialista utópico, vieram propor um ideal alternativo ao individualismo (o Cooperativismo) e uma organização alternativa à empresa capitalista (a Cooperativa). (COSTA, 2007, p. 63).

O Cooperativismo é, portanto, um movimento social produzido por um determinado período do Capitalismo, mais precisamente final do século XVIII e início do século XIX, período no qual o conflito entre capital e trabalho atingiu o seu ápice.



COOPERATIVISMO

*organização social para
enfrentar as adversidades.*

3. TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO

Cooperativismo no Mundo

O Cooperativismo se constituiu como uma alternativa política e econômica de enfrentamento ao Capitalismo e Liberalismo, e estabelece como diferencial a ideia da solidariedade, da preocupação de uns com os outros e principalmente da possibilidade de que os trabalhadores pudessem sonhar em superar a dependência e construir uma nova sociedade fraterna e igualitária, onde o trabalhador tivesse a propriedade dos seus instrumentos de trabalho e participasse nos resultados de seu trabalho.

O Cooperativismo surgiu como forma de organização social para a solução de problemas econômicos, sociais, culturais, optando-se pela organização autogestionada de pessoas para a solução de problemas específicos.

No campo do projeto político da classe operária enfrentado à época, as cooperativas surgiram como proposta a uma sociedade diferente, da qual foi fruto de dedicação, de momentos de reflexão e imaginação.

Deste modo, em 1844 militantes e seguidores de Owen fundaram na pequena cidade de Rochdale, a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, com base num conjunto de princípios, criaram uma proposta de propriedade coletiva e autogestionada. Estes princípios serviram de base para a manutenção da proposta do Cooperativismo. (RODRIGUES, 2014, p. 37)

Cada um dos 28 tecelões associou-se na Cooperativa com uma Libra. Em um ano o capital da Organização, dentro da lógica da cooperação, chegou a 180 Libras. Em uma década a organização já contava com 1.400 Associados, para que chegassem a este nível, foi estabelecido e respeitado um conjunto de regras, que hoje identificamos como princípios.

VAMOS CONHECER UM POUCO MAIS?



A experiência mais conhecida do início do Cooperativismo moderno é o grupo de 28 homens e uma mulher, todos tecelões, que no dia 21 de dezembro de 1844 na cidade de Manchester, em Rochdale, se uniram para fundar uma Cooperativa, para comprar produtos de primeira necessidade, como alimentos, vestuário, remédios e outros. Esta Cooperativa recebeu o nome de “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”.



Foto: Google

**Uma parte
dos membros
da Cooperativa.**

Esta experiência Cooperativista foi difundida, primeiramente na Europa com a fundação de Cooperativas de Trabalho na França, de Crédito na Alemanha e na Itália depois para o resto do mundo. Em 1881, já existiam 1.000 Cooperativas que totalizavam 550 mil associados. Até a segunda metade do século XX havia predomínio das Cooperativas ligadas à agricultura.

Cooperativismo no Brasil

A história relativa ao desenvolvimento da organização Cooperativista e da economia social Européia, remete o surgimento do Cooperativismo nas lutas sociais ancoradas na busca pela transformação econômica. No Brasil, a história do movimento Cooperativista possui os mesmos traços fundacionais, com maior influência do Movimento Religioso, representado pela Igreja Católica, principalmente, pelas ações sociais desenvolvidas pela Teologia da Libertação. A base religiosa orientou a organização e a luta do movimento pela garantia do direito ao trabalho, ação que coincidiu com o fim do Regime Militar e com o retorno dos exilados políticos o Brasil, que trouxeram consigo as Organizações Não Governamentais (ONGs), iniciativas que ajudaram a fortalecer a organização no País”.

Pode-se afirmar que a cooperação existia nas aldeias indígenas que habitavam em sua grande maioria o território brasileiro, o faziam com formas comunitárias e de cooperação, em suas aldeias. É oportuno dizer que o cooperativismo contado, só considera a organização pautada pelo modelo europeu que fortemente se espalhou pelo país com imigrantes europeus por volta de 1920 e se expandiu entre os grupos de camponeses na Região Sul e Sudeste.

Foi um momento de interiorização do desenvolvimento no Brasil via formação de comunidades. (INFOCOS, 2006). O cooperativismo, que era uma forma comunitária e independente de organização social, logo passou a ser controlado pelo Estado e tornou-se, no período de modernização agrícola, um instrumento para organizar e conduzir a implantação de tecnologias da Revolução Verde junto a um número considerável de agricultores.

Isso ocorria de forma tão interligada à dinâmica do Estado, que se tornara um braço do governo junto ao desenvolvimento rural, quando da criação, por meio de Legislação específica (Lei nº 5.764/1971), gerando o atrelamento da organização de cooperativas, mesmo com a ingerência do estado a Lei pode ser considerada um avanço importante .



**Croqui:
Colônia
Tereza
Cristina**

O Cooperativismo de fato, da ajuda mútua, passava por uma fase de “adaptação” ao modelo de desenvolvimento econômico vigente. No Brasil, ele se tornou um reflexo do ajustamento realizado em todas as organizações de cunho popular, subordinando-se às políticas de fortalecimento do Capitalismo no campo no auge do desenvolvimento econômico do século XX. Este formato de Cooperativismo se desenvolve até a década de 1980, quando o país entra em uma crise econômica que se espalha pelo mundo. (RODRIGUES, 2014, p. 37).

Alguns historiadores defendem que o Cooperativismo no Brasil chegou pelas mãos dos jesuítas e citam suas missões no sul do país como exemplo de sociedade solidária. Mas, foi só em 1847 que começou, de fato, o movimento cooperativista brasileiro, com a fundação da Colônia Tereza Cristina, no Paraná, pelo francês Jean Maurice Faivre.

Além disso, outras experiências associativas e de cooperação são retratadas na história, tais como está demonstrado no quadro abaixo:

PERÍODO	COOPERATIVA
1889	Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais
1891	Associação Cooperativa Telefônica de Limeira/SP
1894	Cooperativa Militar de Consumo do Distrito Federal, criada no Rio de Janeiro
1895	Cooperativa de Consumo de Camaragibe/PE
1902	Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha

As vertentes do Cooperativismo

Mesmo sendo o Cooperativismo a construção de uma estratégia mais justa em pleno capitalismo, os idealistas que pregavam esta ideia, possuíam tendências distintas, de forma que até nossos dias é possível perceber a diferença de compreensão do Cooperativismo, a partir das práticas de suas Cooperativas.

Quando voltamos no tempo para identificar o contexto de onde nasceram as Cooperativas é possível dizer que há uma divisão bem clara entre dois tipos :

- Cooperativas que seguem a vertente Socialista;
- Cooperativas que seguem a vertente Cristã.

Quadro 04: Concepções Cooperativistas

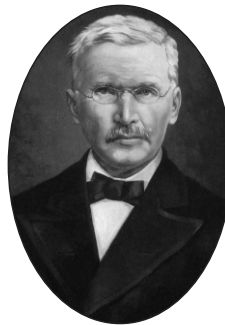
VERTENTE	CONCEITO
Cristã	Formada especialmente por Pastores evangélicos, Sacerdotes católicos, Professores, magistrados e Pensadores que se fundamentavam no princípio do amor ao próximo e que, portanto, colocavam a necessidade de socorrer caritativamente os sofredores e explorados da época.
Socialista	Formada por pensadores chamados de “Socialistas Utópicos”, preocupados em encontrar soluções para a classe trabalhadora e a busca de alternativas ao sistema capitalista. Os Socialistas viam na Cooperativa um embrião de uma nova sociedade, onde as pessoas poderiam trabalhar conjuntamente.

Os Liberais Cristãos

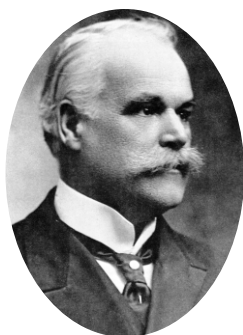
As Cooperativas que se organizaram na Alemanha, Itália e Canadá foram mais de caráter creditícia, ou de caixas rurais, buscavam inicialmente oferecer serviços financeiros a população local, como bancos populares.



- **Schulze-Delitzsch**, por volta do ano 1849, fundou bancos populares.



- **Friedrich Wilhelm Raiffeisen** que fundou as “Caixas de Crédito, Raiffeisen”, em 1864.



- **Alphonse Desjardins**, fundou as caixas populares em 1900.

As principais características deste movimento cooperativo era a filantropia, ou seja, ajudar economicamente naquele momento aos que precisavam, como moradores das vilas ou comunidades rurais. Não se envolviam nos debates sobre a exploração ou a forma como o capitalismo gerava a miséria e a pobreza.

Por exemplo: As Cooperativas Raiffeisen esperavam de seus administradores o trabalho voluntário. Sacerdotes, Professores e demais moradores foram instruídos a servir voluntariamente, muitas vezes inspirados pelos valores cristãos do movimento.

Os Socialistas

Nesta vertente, havia mais presente o debate sobre a exploração do trabalho, considerando que os trabalhadores deveriam assumir a indústria e se beneficiar do seu esforço. Neste sentido destacam-se idealistas como:



- **Robert Owen (1771-1858)** que desejava entregar suas fábricas aos trabalhadores para que estes assumirem a gestão do empreendimento.

No entanto, sem capacidade instalada de gestão e negociação, sem condições efetivas de manter a unidade do grupo e, principalmente, sem um processo preliminar de tomada de consciência para a superação da cultura de subordinação e da alienação social, as fábricas entraram em falência.

Entretanto, da experiência de Owen resultaram os princípios válidos até hoje de que a coesão e o entendimento no grupo que assume a Cooperativa são essenciais. As pessoas que se associam na Cooperativa devem se preparar para o empreendimento, tanto na sua capacidade de atuar em conjunto e de tomar decisões, como no domínio dos mecanismos de gestão e realização de negócios.



- **Charles Fourier (1772-1837):** Ele é o inspirador das unidades de produção e consumo baseadas em uma forma de cooperativismo integral e autossuficiente. Propunha também que as comunidades se organizassem nos falanstérios, onde cada pessoa trabalharia no que quisesse.



- **Philippe Buchez (1796-1865):** Também francês, propõe a reorganização da vida econômica da sociedade, os trabalhadores associados contribuíram com a Cooperativa, com o seu trabalho e os meios de produção que eventualmente possuísem e colocariam na Cooperativa os ganhos excedentes que conseguissem economizar. Sua atuação inspirou a criação de Cooperativas de Produção Coletiva, integradas ao Ramo do Trabalho, com extensão de Crédito, já a partir de 1832.



- **Louis Blanc (1812-1882):** Propunha que fossem criadas associações profissionais de trabalhadores, de viés cooperativo, de um mesmo ramo de produção, as chamadas Oficinas Nacionais, e estas seriam financiadas pelo Estado e com as sobras fossem destinadas para fins assistenciais.



- **William King (1786-1865):** Na Inglaterra foi promotor especialmente de cooperativas de distribuição, conhecidas atualmente como de consumo. A partir de 1828, conseguiu incentivar a criação de mais de 300 Cooperativas. Voltado na perspectiva de ajudar os pobres a superar suas dificuldades, acabou por ser associado da Cooperativa de Rochdale.



- **Ferdinand Lasalle (1825-1864):** Na Alemanha, acreditava que as Cooperativas eram um instrumento de luta do operariado para superar a exploração do capital. Na época de Lasalle, **Friedrich Engels** vai mais adiante e propõe à população camponesa a necessidade de adotar um Sistema de exploração coletiva da terra e dos meios de produção através da Cooperativa para se constituir como sujeito político revolucionário.

4. MOVIMENTO COOPERATIVO NO BRASIL

O movimento cooperativo no Brasil tem raízes difundidas ainda no século XVII, remontando aos processos organizacionais realizados pelas primeiras reduções jesuíticas. Os registros oficiais reconhecem o surgimento do Cooperativismo em 1889, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos em Ouro Preto, Minas Gerais.

Somente no início do século XX, o Cooperativismo se expandiu de maneira mais expressiva para diversos Estados do Brasil, influenciado principalmente pela religiosidade e pelo pensamento político dos imigrantes europeus. O movimento seguiu o chamado “modelo alemão”, que defendia a Educação Cooperativista para estimular a solidariedade entre as pessoas, na defesa dos interesses comuns (CATTANI, 2003).

A década de 1960, retrata um período de regime militar no Brasil, sendo instaurado um processo de centralização e controle sobre as Cooperativas. A unidade destas organizações manteve as Cooperativas como modelo importante para o desenvolvimento do País.

Em 02 de dezembro de 1969, no IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo, em Belo Horizonte, foi criada a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras). A OCB foi constituída da união entre a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO), ambas criadas em 1956.

A sociedade brasileira conviveu com a ditadura durante alguns anos, com processos de organização social freados pelas políticas centralizadoras desenvolvidas pelo governo militar. Esse fato gerou vasta formação para a base social, fortalecendo propostas de liberdade e participação social para construção de organizações sociais.

A promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, gerou condições para instauração de um novo processo de organização social, marcada pela fundação de iniciativas com maior participação e controle social. Este sistema organizativo denomina-se Cooperativismo Solidário, tendo como principal diferencial a difusão das ações educativas focadas na gestão participativa e autogestionária (SINGER, 2004).

O Cooperativismo Solidário é articulado por diversas iniciativas regionais que se concentram nacionalmente no entorno de Organizações de Empresas Recuperadas, de Empreendimentos Solidários de Organizações Associativas de Reforma Agrária e de Cooperativas da Agricultura Familiar. A união destes grupos gerou a constituição da UNISOL, CONCRAB, UNICAFES e da UNICATADORES.

Assim como o movimento de Rochdale, o movimento do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária foi construído e gestado durante períodos de recessão econômica e restrição das políticas de desenvolvimentos.

Este contexto gerou um movimento de resistência política, social e econômica. Esse processo gera articulações de porte setorial e organização representativa do Cooperativismo da Agricultura Familiar, Reforma Agrária, Economia Solidária e dos catadores e catadoras de material reciclável que redundou na constituição de organizações apresentadas resumidamente.

Quadro I: Organizações Representativas

NOME	ANO DE FUNDAÇÃO	HISTÓRICO
Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB)	1992	Constituída no ano de 1992 aglutinando 4 Cooperativas Centrais, Singulares, Associações de Agricultores Assentados da Reforma Agrária dos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, inerentes ao processo de territorialização do MST.
A União e Solidariedade das Cooperativas de Economia Social do Brasil (UNISOL)	2004	Constituída no ano de 2004, com 82 empreendimentos cooperativos vinculados ao setor urbano, apoiada por empreendimentos, pela CUT, sindicatos, organizações não governamentais.
A União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES)	2005	Organização articulada no ano de 2004, a partir da Constituição da Associação Nacional das Cooperativas de Crédito da Economia Familiar e Solidária (ANCOSOL), gerando debate com os demais Ramos e constituição da UNICAFES em 2005, com participação de 680 Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.
União Nacional de Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS)	2014	Constituída em 2014, com união da UNICAFES, CONCRAB e UNISOL, com a missão de fortalecer a unidade do Cooperativismo Solidário, descentralizando o processo de representação.
União Nacional de Catadores (as) de Material Reciclável (UNICATADORES)	2017	Constituída em 2017, por meio da articulação do Movimento de Catadores, e representa 230 Cooperativas. O Movimento conta com 732 Cooperativas e Empreendimentos em todo o país, a maioria ainda em processo de formalização. Esse grupo também se filiou a UNICOPAS no ano de 2017.

Os objetivos da UNICOPAS se concentram em: Articular, integrar e representar as Organizações gerais do Cooperativismo Solidário no Brasil; desenvolver ações para a aproximação e o entrosamento das entidades associadas; promover a educação cooperativista e o desenvolvimento da Economia Solidária.

A UNICOPAS surge com a missão de articular, integrar e representar as organizações gerais do Cooperativismo Solidário no Brasil, a fim de tornar-lo um instrumento popular de desenvolvimento local sustentável e solidário.

CAPÍTULO 2

momento PROBLEMATIZAÇÃO

Nesta fase, o conhecimento o compartilhado precisa ser questionado pelos participantes a partir da realidade das Cooperativas. O PECSOL tem como missão facilitar a multiplicação do conhecimento sendo fundamental a problematização dos conteúdos teóricos percorridos no material. Aprender e questionar a fundamental para que a multiplicação da aprendizagem nas Cooperativas possa ser efetiva.

“A educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade”. Quanto mais se problematiza, os educandos, como seres no mundo e com o mundo, mais se sentirão desafiados.

Na aprendizagem a problematização é o desenho de um processo participativo de pesquisa, exigindo fundamentação teórica, capacidade de solução de problemas, habilidade crítica, organização produtiva do trabalho. Com a problematização, a aprendizagem do professor – aluno é mútua, tornando os conteúdos interessantes pela sua concretude e relação com suas vidas.

A problematização é fundamental para garantir maior viabilidade e concretização das teorias estudadas e potencializar a aplicação junto nas Cooperativas, adequando as abordagens à realidade dos participantes.

Saber fazer perguntas é uma das principais qualidades do ser humano. Geralmente aprendemos mais perguntando do que respondendo. Essa fase do Programa PECSOL ajuda os participantes na construção da consciência crítica e definição de ações concretas a serem implantadas nas Cooperativas participantes.

I. CARACTERÍSTICAS NORTEADORAS

Nos diversos documentos geridos a partir de espaços democráticos e participativos do Cooperativismo Solidário, encontramos princípios e características norteadoras deste modelo de organização que norteiam seu projeto de desenvolvimento. Essas diretrizes orientam a organização deste Cooperativismo, fundamentando os espaços representativos, salvaguardando que as definições organizacionais sejam consolidadas em ambientes de formais, da esfera nacional, garantindo interação e organicidade (Vº Congresso, art. 182).

No processo de problematização vamos debater as diretrizes vinculadas ao projeto de desenvolvimento, verificando o quanto as teorias e os documentos aprovados nos Congressos da UNICAFES são complementares. Destacam-se algumas diretrizes da Rede .UNICAFES:

Educação: Organização Social

Estimular o crescimento e fortalecimento do Cooperativismo por meio do investimento social, econômico, cultural e ambiental, pautados no desenvolvimento do ser humano, utilizando-se de processos permanentes e complementares de educação, atendendo todos os dirigentes, colaboradores/funcionários, além de abranger maior percentual possível de associados, buscando criar uma identidade social e fazer com que as pessoas se reconheçam membros do Cooperativismo Solidário, quebrando o paradigma da individualidade e da competição, com fortalecimento da autonomia organizacional.

“... O Cooperativismo Solidário desenvolve permanentes ações educativas, buscando aprimorar as relações de proximidade entre as pessoas, nas estratégias de organização, gestão, e, desenvolvimento socioeconômico. No entanto, apesar deste Cooperativismo ter a educação como princípio fundamental, verificam-se problemáticas na concretização das diretrizes de educação, na vida das Cooperativas, dos cooperados e dos dirigentes, ocasionando distância considerável, entre a defesa teórica, e, a vivência cotidiana deste diferencial...”

“... Ao colocar o indivíduo num movimento educativo em que se relaciona com outros, se desperta a responsabilidade social, elemento fundamental ao desenvolvimento do ser humano e de espaços de vida” característica importante para provocar reação diante da submissão institucionalizada, e, articular mudança na condição de subordinação, para a de ser “dono”. No entanto, a condição de ser dono é quase irreconhecível nos cooperados, lançando essa “posse” a outros, a direção executiva, mas exigindo sobras.

Participação: Controle e Autogestão

Fortalecer os espaços de participação na Cooperativa, oferecendo condições para que o quadro social exerça o poder de autogestão nos espaços políticos, administrativos, estratégicos, operacionais e cargos estatutários das Redes de Cooperativas.

Valorizando de maneira diferenciada nos processos eletivos, lideranças que vivenciam a Agricultura Familiar e Economia Solidária, buscando aperfeiçoar práticas inclusivas, democráticas e transparentes no Cooperativismo.

“... No Brasil, Estado Republicano e Democrático, a participação e o controle social são elementos constitutivos fundamentais das políticas públicas... No Cooperativismo, o modelo de gestão fundamentado no controle social, verifica-se dificuldades na interação entre dirigentes, funcionários e sócios, principalmente no controle social. A gestão horizontal, com transparência e inclusão, exige elevado nível de maturidade política estratégica e técnica das Cooperativas...”

“... No Cooperativismo a participação pode ser construída de diferentes formas, via conselhos, fóruns, planejamento participativo, comissões, mas o principal desafio é não as reduzir a “clubes fechados” que advogam em causa própria e privatizam o “comum”. “Participar para cooperar necessita ser uma máxima...”

Organização: Desenvolvimento Local Sustentável

Promover desenvolvimento local sustentável com estratégias de fortalecimento do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária, estimulando a dinâmica da horizontalização, fortalecendo mecanismos de combate à desigualdade social.

“... Na gênese do Cooperativismo Solidário está a ideia de Cooperativas de pequeno porte, com atuação local e descentralizada. Mas com o passar dos anos, observou-se a centralização em nome da maior viabilidade. No entanto, observa-se que a governança descentralizada tem maior potencial para a sustentabilidade integral da Cooperativa. O desafio está na agregação destes diferentes atores. Porém, algumas Cooperativas optam pela centralização do poder por medo da criticidade social...”

“... A centralização solicita aumento das estruturas Cooperativas, solicitando também a complexidade de sua gestão, típica das grandes corporações, com gerentes qualificados para tratar dos complexos problemas organizacionais, correndo forte propensão a eliminar o corpo diretivo formado por cooperados...”

Interação: Organização em Rede

Fortalecer a organização e gestão local com estratégias para articulação em rede, constituindo normativas democráticas de acesso ao conhecimento em práticas sociais, culturais, econômicas e políticas, com execução de diretrizes e serviços a serem implantados nas singulares e centrais, para agregação de valor e fortalecimento das iniciativas locais. O Cooperativismo Solidário compreende que interação como um mecanismo para fortalecer a intercooperação entre as Cooperativas locais ampliando a organização de redes regionais. Atualmente o Sistema UNICAFES está organizado em Cooperativas Singulares com abrangência local, Cooperativas Centrais com abrangência territorial, Federações de Cooperativas com abrangência Estadual, e através de uma Confederação Nacional.

“... A UNICAFES defende que o Cooperativismo Solidário brasileiro deve se expandir fortalecendo suas estruturas de acordo com os princípios da horizontalidade. As organizações devem preservar ampla base social mediante a formação de singulares e postos de atendimento de porte adequados a gestão pelos associados, evitando distanciamento entre o quadro social e a direção”.

Valorização: Relações de Gênero, Geração e Etnia

Valorizar relações inclusivas de gênero e geração com foco na inclusão de jovens, mulheres e idosos, aprofundando formas de interação com as diversidades étnicas. Para o mundo selvagem “quem corre mais chora menos”. Publicamos que “concorremos cooperando”, que somos “solidários e não solitários”, mas, o princípio da inclusão é facilmente distorcido pela ideologia do “mais forte”. O Cooperativismo tem como diretriz o empoderamento para maior participação de mais jovens e mulheres, mas esta ação ainda é bastante frágil.

“... Os diferenciais organizativos, a produção diversificada e a busca por um Sistema Solidário, tendem a ceder espaço para disputa desigual com o convencional, no entanto, esse processo gera subordinação. Aquilo que se mostra como solução de problemas, provoca perda da soberania e dependência estrutural”.

“O Acompanhamento técnico pode ajudar a elucidar soluções para os problemas das Unidades Familiares, e, contribuir para a elaboração de projetos sustentáveis, pautados num modelo de produção diversificado e sustentável”.

Diversificação: Sustentabilidade Socioambiental

Promover desenvolvimento econômico, amparado pelo respeito à diversidade social e ambiental. Estimular as Cooperativas, centrais e associados a construir o desenvolvimento da agricultura familiar, com fundamentos sólidos na busca pela sustentabilidade com preservação do meio ambiente, priorizando processos produtivos diversificados e agroecológicos.

A sustentabilidade institucional dos Empreendimentos é amparada na sua Missão, Princípios e Valores que, norteiam estrategicamente suas ações, “demonstrando a sua razão de ser, sua identidade e as especificidades que os distingue das demais Organizações”. A diversidade de pessoas presentes nas Cooperativas fortalece a organização, sendo necessário capacitar os Associados para a participação social, que é fundamental para o desenvolvimento de inovações produtivas que mantenham o respeito e o cuidado com a natureza, água, solos e diversidade ambiental.

Representação: Relações Organizacionais do Cooperativismo

Desenvolver estratégias para fortalecimento dos diversos segmentos do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária, pautando-se pela relação de respeito à organicidade entre as Singulares, Centrais e Federação. Garantindo a governança, identidade e autonomia cooperativa, não incorrendo em desrespeito aos princípios cooperativos e normatizações definidas democraticamente nos sistemas.

“Numa rede de Cooperativas é válido perguntar como a mesma poderia estruturar suas estratégias para aprimorar relações com os seus sócios. A simples troca ou compra de produtos é uma relação muito utilitarista, no entanto, grande parte das redes somente se torna viável quando articulam um produto necessário”.

“Buscando fortalecer sua estratégia representativa, as Cooperativas Solidárias e a UNICAFES valorizam como diretriz organizacional a liberdade de representação, reservando processos autônomos de parceria, evitando relações de dependência que dificultem posicionamentos institucionais livres e conscientes”.

Intercooperação: Articulação Cooperativa

Desenvolver ações para organização e fortalecimento cooperativo com processos permanentes de interação entre as organizações Cooperativas dos diferentes segmentos, buscando desenvolvimento de ações intercooperação conjuntas e complementares nas áreas de produção, comercialização, trabalho, crédito, assistência técnica e outras.

"A Intercooperação não é prática habitual para a grande maioria das Cooperativas. Para quem a exercita, ela significa abrir mão do isolamento e buscar a Intra e Intercooperação com foco na interação entre as diversas iniciativas locais". "...Eu participo na Cooperativa, mas só assisto. Se a gente fala alguma coisa o pessoal diz que tá errado".

Inclusão: Interação Solidária

Implantar mecanismos de inclusão social como diretriz de ação permanente das Cooperativas para promoção do desenvolvimento econômico e social, articulando relações entre família e cooperativa, fortalecendo práticas de solidariedade e ações de cooperação social, político e econômico.

"Na tentativa de melhorar a competitividade das Cooperativas, muitas vezes busca-se torná-las similares em tudo às empresas, parece que existe a crença de que devem ser menos Cooperativas, para que possam ser mais competitivas".

"O tema do oportunismo é um dos maiores problemas que as Cooperativas enfrentam. Por um lado, os cooperados mantêm compromissos mais morais que contratuais com a Cooperativa, vivem a busca pelo lucro – "tentados a cooperar apenas quando acharem preços convenientes".

"Por outro lado, a Cooperativa tende a fortalecer sócios que geram sobras - tentada a buscar cooperados que viabilizem o empreendimento". Em ambas as situações, a inclusão é um princípio desafiador seja na organização produtiva, econômica e comercial.

Público Associado

Atuar exclusivamente com a Agricultura Familiar e Economia Solidária.

"(...) Algumas Cooperativas já buscam mecanismos para aproximar pessoas de outros segmentos sociais, motivados por relações de proximidade, amizade, viabilidade. Entretanto, qualquer fuga das diretrizes organizacionais tendem a maximizar problemas, minimizar os diferenciais e enfraquecer este modelo organizacional (...)"





PARA REFLEXÃO...

Após todos os trabalhos realizados até agora, reflitam sobre:

- Existe uma relação teórica e prática entre o desenvolvimento proposto por Sachs, na página 19 e o Cooperativismo proposto pela UNICAFES?

Dentre todas as diretrizes da Unicafes, vamos debater sobre quatro delas que possuem uma relação direta com o que estamos discutindo neste encontro **“MODELO DE DESENVOLVIMENTO”**. Retomem o conteúdo que tratamos no capítulo 2, e respondam:

Educação e Organização Social

- Porque as lideranças têm dificuldade em participar de processos de formação?
- O que você propõe para que a participação se fortaleça?
- Como melhorar a compreensão Cooperativa?
- Como construir a consciência de ser sócio e dono?
- Precisamos repensar a politização dos Cooperados?
- Que ações deveriam ser priorizadas pelas Cooperativas?

Organização Desenvolvimento Local Sustentável

- Preferimos criticar ou oferecer propostas, soluções?
- Como você analisa essa diretriz organizacional?
- O que nossas cooperativas estão apresentando para que alcancemos o desenvolvimento sustentável?

Organização em Rede

- Que iniciativas foram desenvolvidas em sua região para vencer este desafio?
- Como podemos ampliar as relações de parceria e redes de Cooperativas na região onde atuamos?

Diversificação : Sustentabilidade Socioambiental

- Que alternativas podem ser desenvolvidas pela Agricultura Familiar Cooperativada?
- Existem parceiros que podemos mapear e avançar no debate local?

CAPÍTULO 3

momento **INTERAÇÃO**

Neste momento do curso, a Fundamentação já trouxe elementos teóricos e as questões de debate já foram expostas na problematização. A partir deste momento, somos convidados a propor um novo jeito de pensar para as Cooperativas na qual fazemos parte, buscando a inovação organizacional, com a captura e integração de técnicas e temáticas já presentes nas Cooperativas e que necessitam ser qualificadas.

O sujeito aprendiz é concebido como um ser dinâmico, que a todo o momento interage com a realidade, operando ativamente com objetos e pessoas. Essa interação no ambiente faz com que construa estruturas mentais e potencialize sua capacidade de apreensão do conhecimento.

Para tanto, a interação torna-se fundamental na compreensão do processo de construção do conhecimento, pois ela nos possibilita um melhor conhecimento de nós próprios como também dos outros (PIAGET, 1987).

Na interação acontecem as trocas de conhecimento, gerando uma construção mais qualificada por meio da inclusão das diferentes ideias presentes entre os participantes. Com a interação pessoal e organizativa, o conhecimento vai alcançando níveis crescente de consistência e maturidade, gerando assim, condições para que o mesmo possa naturalmente ser institucionalizado pelas organizações.

A interação e troca de ideias entre os participantes gera construção. A interação gera sistematização de conceitos e facilita a apreensão do conhecimento e a multiplicação nas Cooperativas.

I. O COOPERATIVISMO E O DESENVOLVIMENTO

O momento da interação permite com que cada um aprofunde o seu aprendizado, ao tentar ampliar com seus companheiros e associados o que aprendemos até aqui. O processo de interação tem como objetivo proporcionar momento de debate, diálogo e troca de saberes entre os participantes, visando facilitar a inserção do tema gerador, nas problemáticas concretas das Cooperativas participantes.

Para que a interação aconteça de maneira participativa é importante que as lideranças reflitam sobre o curso, buscando vincular a temática com situações vivenciadas junto aos associados, Cooperativas, Centrais, parceiros e, diante dos desafios e oportunidades presentes na sociedade atual.

A primeira temática - Modelo de Organização provoca interação e análise sobre a forma como as Cooperativas estão vivendo nosso diferencial organizativo, podendo ser um meio para análise da vivência das diretrizes institucionais e, das estratégias adotadas para fortalecer este modelo organizacional, viabilizando assim, processos de interação, criticidade e a multiplicação dos conhecimentos construídos no Programa de Educação do Cooperativismo Solidário.

A abordagem que damos a este momento traz inúmeras reflexões acerca do desenvolvimento alicerçado em diferentes perspectivas - do social ao econômico, visando sempre a sustentabilidade institucional, ou seja, nenhum aspecto interage isoladamente. É necessário e fundamental que tudo esteja interligado e amplamente alinhado, principalmente quando o Cooperativismo se propõe a contribuir e responsabilizar-se com o desenvolvimento local do meio onde está inserido.

AGENDA 2030 e os ODS

No seu projeto de desenvolvimento as Cooperativas têm como orientação a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Todos os países e todos os grupos interessados, atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da privação e a sanar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar medidas ousadas e transformadoras que se necessitam urgentemente para pôr o mundo em um caminho sustentável e resiliente.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável buscam assegurar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

- Objetivo 1.** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Objetivo 2.** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Objetivo 3.** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Objetivo 4.** Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Objetivo 5.** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Objetivo 6.** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos;
- Objetivo 7.** Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia;
- Objetivo 8.** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- Objetivo 9.** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- Objetivo 10.** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- Objetivo 11.** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 12.** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- Objetivo 13.** Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos;
- Objetivo 14.** Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- Objetivo 15.** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- Objetivo 16.** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- Objetivo 17.** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Cooperativismo e Desenvolvimento Sustentável

O Cooperativismo carrega como diretriz existencial a promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável, que lhe confere o perfeito grau de organização com maior sustentabilidade, e por isso, instrumento fundamental para implantação da Agenda 2030 em escala global.

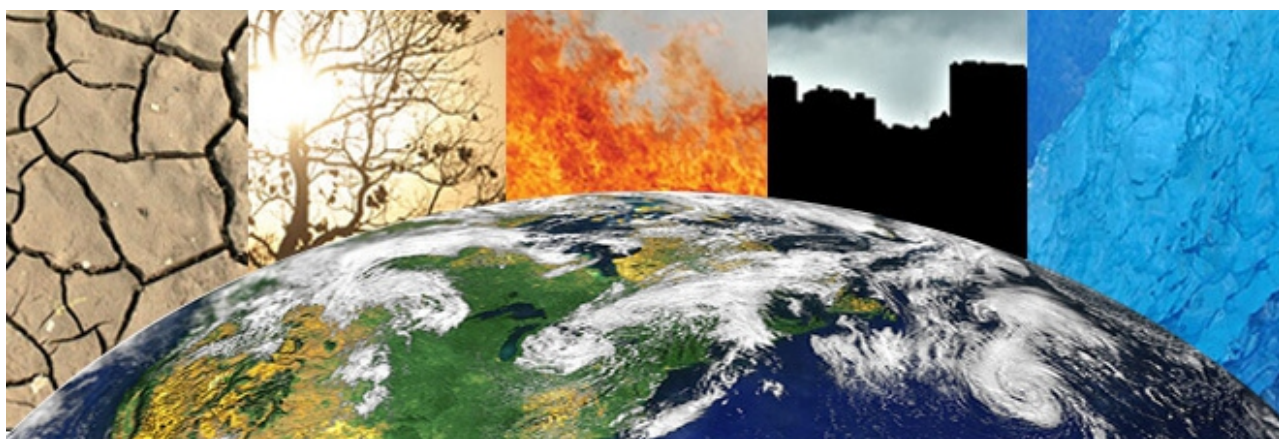
Todos os valores do Cooperativismo são importantes neste projeto de desenvolvimento. A educação do Cooperativismo, conforme preceituada em seus valores, princípios e fundamentos, é capaz de minimizar o gravíssimo problema de insustentabilidade do Planeta, por ser uma atividade de escala socioeconômica e não individual ou capitalista.

Só o Cooperativismo é capaz de suprir, em escala planetária, a grave demanda apresentada na Agenda 2030, em nível de inclusão social, geração de trabalho com melhor distribuição de renda e desenvolvimento local sustentável.

Os princípios e os valores que norteiam e implementam o Cooperativismo carregam em seu bojo os processos da Mitigação, de Adaptação e de Transferência de Tecnologia, por meio de dois de seus sete **princípios - o princípio da intercooperação e o cuidado pela comunidade**, quebrando, em consequência, a coluna vertebral da insustentabilidade reinante e erradicando este nefasto e injusto quadro de insustentabilidade em escala planetária.

Sem cooperativismo ou cooperação o sistema econômico do planeta terra não têm salvação. Esta é uma verdade inexorável. Em 1844, em Rochadalle, Inglaterra, berço da Revolução Industrial, século XVIII, 28 tecelões, ideólogos do Cooperativismo, agiram localmente, mas pensando por inferência globalmente, vaticinando com suas ações o que adviria do Capitalismo, e hoje a humanidade necessita desse instrumento socioeconômico, cujo efeito colateral erradica a miséria, a pobreza, a exclusão social e preserva o meio ambiente.

Para a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil, recomenda-se o fortalecimento de “pólos de cooperativismo da Agricultura Familiar com Interação solidária”, como vetor da geração de trabalho e renda que irá efetivamente promover a genuína inclusão social e a cidadania plena com promoção da sustentabilidade necessária para o desenvolvimento local.



CAPÍTULO 4

momento **MULTIPLICAÇÃO**

Para que as temáticas dos cursos possam ser multiplicadas, o conhecimento criado necessita ser justificado e convertido em ações concretas postas em prática nas Cooperativas, que pode assumir a forma do desenvolvimento de um produto concreto ou um mecanismo operacional no caso de inovações abstratas.

“Vivemos um momento histórico de muitas mudanças – sociais, culturais e científicas. O que se considera bom hoje, pode não ser amanhã. Dessa forma, o educador pode ajudar os alunos a desenvolver competências para analisar, avaliar, inovar, resolver problemas e enfrentar novos desafios. Pode ajudar a formar indivíduos criativos e independentes, que pensem por si mesmos, capazes de identificar as perguntas com que o futuro imprevisível os desafiará e de respondê-las. Essas respostas necessitam ser postas em prática”. (SOARES, 2005, p. 21).

Segundo Freire (1997) “conhecer é descobrir e construir e não copiar”; de modo que, o conhecimento deve preparar os alunos para o processo de conhecimento e de busca por soluções para determinados assuntos e problemas. A construção de perguntas corretas e de propostas de multiplicação nas Cooperativas é um fundamental para geração e apreensão do conhecimento.

A função da organização no processo de criação do conhecimento é fornecer condições ambientais, sociais e tecnológicas que viabilizem a multiplicação do conhecimento em nível organizacional.

I. OS PAPÉIS E DILEMAS DAS COOPERATIVAS

O momento da interação permite com que cada um aprofunde o seu aprendizado, ao tentar ampliar com seus companheiros e associados o que aprendemos até aqui. O processo de interação tem como objetivo proporcionar momento de debate, diálogo e troca de saberes entre os participantes, visando facilitar a inserção do tema gerador, nas problemáticas concretas das Cooperativas participantes.

Para que a interação aconteça de maneira participativa é importante que as lideranças reflitam sobre o curso, buscando vincular a temática com situações vivenciadas junto aos Associados, Cooperativas, Centrais, Parceiros e, diante dos desafios e oportunidades presentes na sociedade atual.

Dimensão econômica

As Cooperativas precisam estabelecer estratégias que gere o crescimento econômico, por meio da oferta de serviços e/ou produtos aos seus proprietários. Esta relação só se fortalece ao mesmo tempo em que a Cooperativa alcance níveis satisfatórios ao seu quadro social de mudanças econômicas entre os associados e manutenção de sua estrutura.

O crescimento exige níveis de planejamento e atuação, muito bem sistematizados e claros para que os resultados estejam no horizonte das duas partes - Cooperativa (sustentabilidade) e Associado (proprietário da Instituição).



O principal desafio das Cooperativas é estabelecer uma conexão entre a dimensão econômica e social. Geralmente a dimensão econômica é super valorizada e as ações sociais são desenvolvidas somente quando existem sobras. Esta conexão deve ser priorizada no Planejamento da Cooperativa.

Desculturação³: perda ou degradação da identidade cultural de um indivíduo ou de um grupo.

Dimensão Sociopolítica

O outro papel dá conta da dimensão sociopolítica, que as Cooperativas possuem: esta dimensão está intimamente ligada a função de retomar valores e instituições que os processos históricos vividos conseguiram extinguir. Os valores da cooperação, ajuda-mútua, solidariedade, participação social, constituição de espaços democráticos, fortalecer as relações sociais e interpessoais justas.

O desejo de quem está em Cooperativa e poder ao mesmo tempo que amplia suas possibilidades econômicas de inserção, possuir em suas mãos a condição de opinar, dialogar, envolver-se com aquilo que lhe pertence.

De fato, as Cooperativas que possuem uma articulação mais aproximada de Movimentos Sociais, Instituições Locais e Organizações da Sociedade Civil, consegue apresentar aos seus associados um conjunto maior de elementos, indicadores, estruturas que ele possa modificar, opinar, contribuir; e estas estratégias sociopolíticas é que demarcam as especificidades do Cooperativismo de vertente solidária.

É importante dizer que este Cooperativismo tem na busca deste equilíbrio o seu dilema maior. Por um lado, sua organização histórica e atuação, com maior ênfase na articulação sociopolítica, é constantemente intercalada pela pressão dos ambientes institucionais normativos e mercadológicos, influenciando alguns padrões de comportamento Cooperativo, gerando novas culturas cooperativas.

A definição das ações pauta-se pela tomada de decisão de quais estratégias são relevantes dentro das lógicas apresentadas. Por isso é importante mapear, visualizar e adotar estratégias claras dos potenciais que cada ator ou parceiro na Cooperativa pode contribuir e emanar os ideais da cooperação e do Cooperativismo.



VAMOS RELEMBRAR?

Para fazer, o processo de multiplicação precisa atentar ao debate que fizemos até agora. Veja abaixo:

a) As dimensões do desenvolvimento consideram aspectos: Político Nacional e Internacional, Ambiental, Social, Cultural, Ecológica, Territorial e Econômico. Qual deve ser priorizado por sua Cooperativa?

b) O processo histórico da cooperação mostra a necessidade de se recriar formas de convívio em que a cooperação seja a base fundante. Que ações de recreação e inovação são realizadas na sua Cooperativa?

c) O fortalecimento do Cooperativismo passa por relações sociais e econômicas. O que deve ser priorizado primeiro?

d) Qual das vertentes do Cooperativismo: cristã, caritativa, solidária, ou revolucionária mais se aproxima da sua Cooperativa?

e) Das atuais redes de organização do Cooperativismo Brasileiro, na qual a UNICAFES se insere? Quais os ideais dessa organização representativa?

f) O que o Cooperativismo Solidário precisa fazer para avançar no desenvolvimento pautado nas relações da cooperação, solidariedade, democracia e inclusão sustentável?

Desta forma, baseados nestes tópicos propomos que a multiplicação seja desenvolvida pelos participantes para que avancemos cada vez mais com esta estratégia de fortalecimento organizacional das Cooperativas.

2. ESTRATÉGIAS DE MULTIPLICAÇÃO

Diagrama De Venn

O Diagrama de Venn deve ser feito por Cooperativa com os Conselheiros e Lideranças e preenchido conjuntamente para perceber e identificar a sua relação institucional, seus parceiros no projeto de desenvolvimento a qual a proximidade que estes possuem com o Projeto da Cooperativa. Siga as instruções:

- Numa cartolina bem grande: desenhe quatro círculos, onde:
- Num círculo central: escreva o nome da Cooperativa;
- No segundo círculo: escreva as organizações parceiras mais próximas da cooperativa em questão;
- No terceiro círculo maior: escreva as organizações que se encontram afastadas da Cooperativa;
- No quarto e último círculo: descrever as organizações que influenciam, mas não possuem relacionamento, nem vínculo com a Cooperativa.

Siga o desenho abaixo como modelo.



Após o desenho, com os círculos já preenchidos, debater:

- O que identificamos, em comum, no projeto de desenvolvimento?
- Das parcerias do segundo círculo (as mais próximas), quais delas são estratégicas para que a Cooperativa avance em seu projeto de desenvolvimento debatido até agora?
- O que fazer enquanto ações institucionais para fortalecer e potencializar as parcerias que estão próximas e também aquelas que necessitam de mais vínculo?
- Como e quais outras parcerias são necessárias para avançar no projeto de desenvolvimento Cooperativista da nossa região, município ou estado?

AUTOAVALIAÇÃO – MARCO ZERO PECSOL

Autoavaliação da Organização - Atendimento à Legislação

1. As atividades econômicas praticadas pela sua Cooperativa estão previstas no estatuto e no Regimento Interno?
2. As discussões e deliberações das reuniões do órgão de administração (Conselho de Administração ou Diretoria) e do Conselho Fiscal são registradas em atas?
3. A Cooperativa realiza momentos de formação sobre o Modelo de Organização que orienta sua missão, objetivos e finalidades?

Autoavaliação das Boas Práticas - Organização Interna

1. A Cooperativa acompanha a evolução da participação do quadro social nas reuniões e Assembleias Gerais?
2. A Cooperativa possui um Plano Estratégico de desenvolvimento e monitora seus resultados periodicamente?
3. A Gestão Operacional é realizada por profissionais contratados? Qual o papel dos diretores na gestão operacional e na gestão estratégica?



CAPÍTULO 5

momento **INTERNALIZAÇÃO**

Na fase da Internalização acontece a passagem do conhecimento teórico para o prático, incorporado na ação. Esta fase é fortemente vinculada ao aprender fazendo, quando as experiências das etapas anteriores são incorporadas nas bases do conhecimento do indivíduo e da organização, no qual o conhecimento é aplicado e utilizado em ações concretas, atualizadas por meio da prática e da reflexão sobre os desafios e oportunidades cooperativistas.

Uma organização pode possuir estruturas profissionais, mas o conhecimento está nas pessoas, nas lideranças e assessores, sendo fundamental que as estruturas gerem condições para que o conhecimento tácito das pessoas, torne-se explícito e se institucionalize nos processos de organização, participação, gestão e governança.

A internalização determina se o conteúdo atingiu as expectativas previstas para o novo conceito e se a Cooperativa assimilou na sua organização os conteúdos e a proposta de inovação organizacional. “O conhecimento é um ativo intangível que só aumenta quando é criado, dividido e internalizado. Desta forma é um recurso infinito, que pode trazer grandes vantagens às Cooperativas”.



O mundo respira e vive a partir da solidariedade e da cooperação. Seja na natureza, na sociedade ou no mercado, aonde vemos somente competição, se olharmos atentamente vamos descobrir que também existe cooperação. Trata-se de olhar a natureza, a sociedade e o mercado como são de fato: sistemas complexos e dinâmicos. Todo sistema complexo e dinâmico é tanto mais sustentável quanto maior for sua capacidade auto criativa, de auto regulação e de adaptação às mudanças.

Diversidade, flexibilidade, interdependência, cooperação e parceria, são condições de sustentabilidade dos sistemas complexos. Basta olharmos com uma “visão sistêmica”, ou seja, olharmos o todo, na sua complexidade e no dinamismo da relação entre as partes, que vamos constatar que nada está isolado, tudo faz parte de uma densa teia de relações.

Essa rede é ampliada, fortalecida e enriquecida pelo Cooperativismo presente nas pessoas. O capital social é essa trama, essa teia, esse tecido, essa rede de conexões, que quanto mais forte, mais capaz será de gerar desenvolvimento sustentável. O capital social é o produto da confiança e da cooperação entre atores sociais, que lhes confere organização, capacidade de participação e empoderamento social. Reflita:



1. As propostas multiplicadas na sua Cooperativa foram internalizadas na sua Cooperativa?
2. Que operações práticas foram realizadas para que estas ações fossem internalizadas?
3. Que inovações deveriam ser trabalhadas para ampliar o processo de internalização da Cooperativa?

CONSIDERAÇÕES

Conforme exposto, o material se propôs a apresentar uma breve contextualização sobre o Desenvolvimento e o Cooperativismo. No entanto, sua concepção não se caracteriza como um processo simples, mas sim recheado de contribuições teóricas e práticas, bem como, experiências exitosas e relevantes de ações que se apresentam como alternativas para o desenvolvimento, todas com foco no ato de cooperar e na prática Cooperativista.

Com isso, fica explícito que sem essas ações, é impossível gerar o desenvolvimento em sua real concepção, de abrangência holística, com preocupações que abrangem aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos e muitos outros.

A transformação depende de nós: “É preciso acreditar nas utopias, na transformação, numa sociedade mais justa e igualitária [...] É preciso ter dentro de si a esperança, a ousadia, a coragem de enfrentar as adversidades do dia a dia. É preciso, igualmente, acreditar na integridade e no poder de transformação dentro do ser humano”. (FREIRE, 1999)



REFERÊNCIAS

- ANDREOLI, A. I. **A educação cooperativa numa perspectiva marxista. 6º Colóquio Internacional Marx e Engels.** Unicamp, 2009. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/formularioce marx/selecao/2009/trabalhos/a-educacao-cooperativa-numa-perspectiva-marxista.pdf>.
- COSTA, L. S. **O Cooperativismo: Uma Reflexão Teórica.** Revista Ciências Sociais em Perspectiva (6) 11 : 2º sem. 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo : Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- REIS, C. N.; AGUIAR, C. S.; **As origens do cooperativismo e o contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho.** Revista Sociedade em Debate, Pelotas, 8(3) 149-185, Dezembro/2002.
- RODRIGUES, L. M. S. **Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito: O caso da Cresol Francisco Beltrão.** Dissertação de Mestrado, PPGDR/UTFPR Pato Branco, 2014.
- TORRES, Rosa Maria. **Educação integral no enfrentamento de iniquidades sociais.** São Paulo: Mimeo, 2005.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescimento sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, W.L.P; MORTIMER, E.F **Uma análise dos pressupostos teóricos da abordagem Ciência – Tecnologia – Sociedade no contexto da educação brasileira.** Revista ENSAIO – Pesquisa em Educação em Ciências. Volume 02. N. 02. 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa(org.). **Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista, 2º Volume, 2005, disponível <http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/introprod.html>, acessado em maio de 2013**
- SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Guia prático para dirigentes de cooperativas. Série Caminhos para a Excelência.** Brasília: FNQ - Fundação Nacional da Qualidade: Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, 2016. Acesso 04/03/2019: <https://somoscooperativismo.coop.br/publicacao/15/guia-pratico-para-dirigentes-de-cooperativas>
- SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo. **Manual de Autoavaliação da Gestão e Implementação de Melhorias. Série Caminhos para a Excelência.** Brasília: FNQ - Fundação Nacional da Qualidade: Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, 2016. Acesso 04/03/2019. <http://pdgc.somoscooperativismo.coop.br/serie-caminho-para-a-excelencia>
- SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico.** São Paulo: Atlas, 1997.
- UNICAFES - **União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.** Documento Base IV Congresso, Brasília. 2014. Disponível: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso em: 15 Set. 2017.
- VIGAR, V. **A boa fé negociada.** In: Revista Filosofia, Ciência & Vida. Ano VI – Edição 80, São Paulo : Editora Araguaia, 2013.

Multiplique seu
conhecimento
na Cooperativa.
Faça sua parte!

PECSOL

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO

